

[Página Inicial](#)

[Apresentação](#)

[Edição Atual](#)

[Próxima Edição](#)

[Edição Anterior](#)

[Todas as Edições](#)

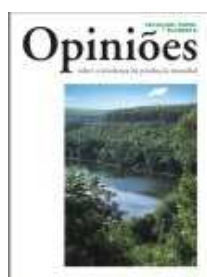
[Todos os Articulistas](#)

[Projetos Especiais](#)

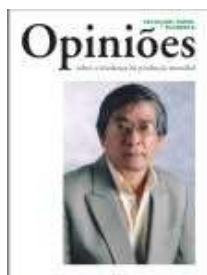
[Cadastre-se](#)

[Fale Conosco](#)

Jun-Ago 2007



Veja outros artigos
desta edição



Jun-Ago 2007

Amazônia: Manejo ou Reflorestamento?

Alfredo Kingo Oyama Homma
Pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental
008-21

Há ainda uma longa distância para atingirmos o desmatamento zero, desenvolvermos uma nova agricultura, recuperarmos as áreas que não deveriam ter sido desmatadas e realizarmos um intensivo reflorestamento com finalidade econômica.

Segundo a *National Academy of Sciences* (2006), o mundo consome, atualmente, 67% de madeira proveniente de florestas nativas, que tende a decrescer para 50% (2025) e 25% (2050). Dessa forma, algumas políticas recentes podem estar na contramão da história, ao proporem concessões florestais, quando vários países desenvolvidos e em desenvolvimento estão efetuando reflorestamento em grande escala.

O obscurantismo e o culto ao atraso de muitas propostas ambientais, como a ênfase na criação de mega-reservas extrativistas, na concepção de que todo produto florestal não-madeireiro é sustentável, apresenta grandes limitações. Essa insustentabilidade econômica vai conseguir, na lógica da extração madeireira, drenar contingentes populacionais de outros locais e transformá-los em territórios políticos, trazendo consequências desastrosas no longo prazo.

Nesse sentido, muitas Unidades de Conservação, tal qual a linha *Maginot*, construída pelos franceses para conter as tropas de Hitler, durante a II Guerra Mundial, podem-se revelar ineficazes.

A baixa lucratividade dos produtos ditos não-madeireiros fizeram com que muitos produtores optassem pela agricultura, criando reservas extrativistas, sem extrativismo e com grandes desmatamentos.

A unificação das duas Alemanhas, ocorrida em 1990, depois da queda do muro de Berlim, em 09/11/1989, implicou para a Alemanha Ocidental num aumento de um terço de área, um quarto de população e um sexto de PIB.



Mas, para igualar as duas economias, como no princípio dos vasos comunicantes, o governo de Helmut Kohl (1982-1998) criou o imposto da solidariedade, que arrecadou mais de US\$ 1 trilhão em uma década, valor que foi revertido para a fusão das duas Alemanhas. As empresas da Alemanha Oriental apresentavam baixa produtividade e eram obsoletas e havia um estrago ambiental que os alemães orientais haviam



camuflado.

Adequar as empresas aos padrões ambientais da Alemanha Ocidental também causou gastos muito maiores do que se imaginava.

É nesse sentido que a perspectiva sobre a Amazônia e o Nordeste deve ser observada na sua inserção com a economia nacional, procurando equilibrá-las com as regiões mais desenvolvidas do país.

A prioridade que tem sido colocada não acompanha a magnitude do desafio e da propaganda que se fazem dela, tanto do governo, das empresas privadas e dos organismos internacionais.

A insegurança e a perda de controle do governo pelas ações de ONGs, com ramificações externas, que têm como alvo as indústrias de papel e celulose, etanol, transgênicos e soja, obras de infra-estrutura, invasões de propriedades produtivas, contra o livre comércio, a globalização, constituem riscos que assustam qualquer investidor.

É de memória bem recente a destruição do laboratório da Aracruz e da invasão irresponsável da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, colocando em risco toda a sociedade.

O vácuo do Estado, a insegurança pública e a perda de credibilidade nas instituições públicas colocam a sociedade refém do medo, da impunidade e facilita o controle pelas políticas externas. Há necessidade de se reverter esse quadro, para garantir a segurança de empreendimentos florestais, que exigem uma visão de longo prazo.

O grande estoque de madeira sempre tem levado à negligência e ao atraso na busca de soluções poupadoras, no uso desse recurso natural.

Se o nosso comportamento for de utilizar as florestas nativas enquanto for possível, estamos adiando a busca desse equilíbrio desejado. Isso vem ocorrendo na Amazônia, com as guseiras, com as madeiras, com a agricultura familiar, com os fazendeiros, sempre na crença da inesgotabilidade.

Enquanto isso, os produtores que plantaram mogno ainda estão impossibilitados de efetuar desbastes, para proceder ao raleamento e de efetuar a comercialização da madeira. É necessário que mais produtores procedam ao plantio, para criar força de pressão, que possa reverter essa medida, tanto em nível interno, como externo.

Toda política pública para a Amazônia deve estar voltada para a utilização parcial de mais de 71 milhões de hectares (2006), que já foram desmatados e que constituem a *Segunda Natureza*. Esta área é três vezes a do Paraná ou mais do que a soma do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Contudo, o PIB da Amazônia Legal é inferior ao do Rio Grande do Sul ou apenas 1,5 vez, ao do Paraná.

Isso mostra o potencial agrícola e de reengenharia ambiental que poderia ser obtido transformando em uma *Terceira Natureza*, com a aplicação correta de práticas agrícolas e de atividades mais adequadas, que muitos produtores já vêm fazendo.

A floresta original é a *Primeira Natureza*. Esta utilização fica neutralizada se for mantida a contínua formação de berçários de áreas desmatadas.

Reflorestar exige escala, que não pode ficar no plantio isolado de um hectare de espécie florestal de muitos pequenos produtores. Se cortar, acabou o reflorestamento ou se transformam em meros mecanismos de transferência de fundos públicos, de forma ineficaz.

O reflorestamento na Amazônia não deve ser entendido somente para a produção de madeira, em atendimento às guseiras e ao mercado de madeira e celulose. Ele deve abranger a produção de matérias-primas, oriundas de plantas perenes para biocombustível, fruticultura, látex, recuperação de ecossistemas destruídos e como compensação ambiental.

O desenvolvimento sustentável é impossível, mas o desenvolvimento mais sustentável é possível.